

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E  
OUTRAS LEGITIMIDADES**

**TECNOLOGIA DE LETRAMENTO INSTITUCIONAL PARA A  
COMPREENSÃO DO SOFRIMENTO E TRAUMA PSICOSSOCIAL  
A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE  
UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS VIOLÊNCIAS**

Renata Patrícia Penna Matsuoka

ORIENTADOR PRETENDIDO:

Maria Angélica Souza Ribeiro

SÃO PAULO

2024



## **Sumário**

Problema	4
Hipótese	5
Objetivos Gerais	5
Objetivos Específicos	5
Justificativa	6
Metodologia	8
Cronograma	11
Referencial Bibliográfico	11
Anexos	14

## 1. Problema

Uma das principais características do cenário político mundial atual é a capacidade de manipulação da opinião pública através do discurso neoliberal articulado pelas elites dominantes e difundido pelas mídias de comunicação. Discurso esse, que ao desobrigar o Estado pela criação e manutenção de políticas públicas de bem-estar social, confunde a população por meio da polarização política e da mentira institucionalizada (Martin-Baró, 2000), induzindo a mesma a se identificar com a narrativa elitista do opressor e a se distanciar da própria classe social. Ao adotar a lógica do livre mercado e o discurso meritocrático que responsabiliza o sujeito por seu próprio desenvolvimento, a população passa então a considerar que a problemática está no campo do "excesso" de direitos, passando a cercear também os direitos "do outro" (cota é esmola, tem que acabar com o bolsa família, o SUS não presta, tem que privatizar, etc.), desconsiderando que passa a abrir mão também dos próprios direitos; pois, ao validar a narrativa da classe dominante, acaba por favorecer a lógica opressora que opera a partir dos estigmas e preconceitos que alimentam um ciclo contínuo de violência que serve unicamente aos interesses políticos e econômicos das elites no poder.

Num mundo em que estamos televisionando, em tempo real, cenários de guerra com o genocídio de inúmeras etnias, que utiliza o discurso de ódio e a prática da violência como entretenimento do cotidiano das redes sociais, que coloca partidos claramente fascistas para concorrer em pé de igualdade nas eleições globais e que encontra na discriminação e na intolerância o material necessário para as múltiplas violações dos direitos humanos, é imperativo que tratemos a temática da desigualdade social como assunto de utilidade pública, a fim de conscientizar os sujeitos sobre a importância do enfrentamento às dinâmicas de opressão que mantém as pessoas reféns da pobreza material e intelectual nos dias de hoje.

Considerando a necessidade de conscientizar a população da internalização dessas práticas, essa pesquisa visa, mediante a criação de uma tecnologia de letramento interseccional, viabilizar a reflexão acerca das violações dos direitos humanos e sua relação com o sofrimento e trauma psicossocial a partir do desvelamento da identidade através de 24 marcadores sociais da diferença. O construto tem como proposta pensar a desigualdade social e seus sistemas de hierarquias, destacando suas desigualdades e

listando as violências que fomentam esses processos de estigma, preconceito, marginalização e exclusão. A ideia é ampliar o pensamento e instigar a discussão acerca da temática, possibilitando uma visão sistêmica sobre o assunto, a fim de que seja possível, além de conscientizar os sujeitos acerca dos vieses propagados através do senso comum, (Martin-Baró, 1996, Freire, 1981) engajá-los no processo de emancipação e autonomia, como enfrentamento às políticas neoliberais que amplificam as desigualdades e vulnerabilizam a democracia.

## **2. Hipótese**

A hipótese central desta pesquisa é que o letramento interseccional, contextualizado a partir dos dados da desigualdade mundial, assim como das práticas discriminatórias a partir da aferição das leis, proporciona um “lócus” social, promovendo a reflexão acerca das violações dos direitos humanos e suas inferências na estrutura social.

## **3. Objetivos Gerais**

- Desenvolver uma tecnologia de letramento interseccional que possibilite a reflexão acerca das violações dos direitos humanos e sua relação com o sofrimento e trauma psicossocial a partir da aferição das leis.
- Contextualizar as informações contidas na “Roda Interseccional da Identidade”, a fim de produzir a tabela “Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade”, destacando as violências estruturais e suas implicações, assim como uma “linha do tempo” das leis aferidas que sustentem tais discriminações.

## **4. Objetivos específicos**

1. Definir os termos que melhor condizem com as classificações sugeridas pelo instrumento “A Roda Interseccional da Identidade”, a partir de revisão bibliográfica, visando reduzir vieses e prováveis induções da ferramenta acima referida.

2. Proporcionar uma experiência interativa, que instigue o diálogo e a possível conscientização acerca das hierarquias de opressão que abarcam a temática da desigualdade social a partir do letramento interseccional.
3. Realizar, a partir da aplicação dos instrumentos, rodas de conversa para a coleta de dados, a fim de produzir material para os estudos qualitativo e quantitativo do projeto.
4. Descrever, a partir das devolutivas apresentadas, dados acerca dos sentidos e significados atribuídos a experiência com o instrumento, a fim de coletar relatos que sustentem as narrativas de sofrimento psicossocial relacionados à desigualdade social.
5. Analisar os resultados obtidos para identificar padrões, tendências e possíveis contribuições para o enfrentamento das desigualdades sociais e violações dos direitos humanos, intencionando contribuir para a redução de seus danos.

## **5. Justificativa**

De acordo com o estudo do World Inequality Database (WID) feito pelo Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), o Brasil é um dos países com maior desigualdade social e de renda no mundo. O relatório feito em 2022 aponta que os 10% mais ricos possuem quase 80% do patrimônio privado do país, já os 50% mais pobres possuem menos que 1% da riqueza global total. O relatório revelou ainda que o crescimento da fortuna dos bilionários aumentou, apenas no ano 2020, US\$ 3.7 trilhões durante a pandemia de Covid-19, o equivalente aos orçamentos de saúde do mundo todo.

Um outro estudo de 2021 feito pelo Instituto Cactus, entidade filantrópica e de direitos humanos que atua na promoção da saúde mental, apontou que as desigualdades sociais no Brasil têm impactado diretamente a qualidade da saúde mental da população brasileira, revelando que quanto maior a disparidade de direitos, maior o adoecimento dos sujeitos. O estudo reforça que questões de raça, gênero e sexualidade interferem diretamente no sofrimento psicossocial da população, demonstrando o caráter interseccional da desigualdade. É o que afirma também o relatório “Lucrando com a Dor” da OXFAM, feito em 2022, que aponta a necessidade urgente de taxação das grandes fortunas, assim como a falta de engajamento dos governos mundiais na criação de

políticas públicas que apliquem tais medidas para a redução das desigualdades. Todos esses institutos têm como consenso de que é preciso ir além, é preciso educar a população.

Tomando por base esses dados, compreendemos então que a Desigualdade Social já está há muito consolidada como problemática a ser enfrentada nos mais diversos âmbitos do saber, demandando a criação de dispositivos que possibilitem a sua compreensão e enfrentamento. Pensando nisso, consideramos ser imprescindível para a manutenção da democracia e para a redução da desigualdade social que o acesso a informação seja compartilhado e mediado sobremaneira em linguagem acessível para que haja autonomia e engajamento no processo de transformação social que tanto carecemos. Projetar um dispositivo capaz de promover o letramento acerca da temática supracitada torna-se então um desafio e uma necessidade, e para tal, buscaremos nos teóricos da interseccionalidade, como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez e Carla Akotirene os conceitos que orientam a pesquisa inicial desse trabalho. Para nortear a nossa abordagem em relação a proposta de conscientização em contraposição ao fatalismo, recorreremos as bibliografias de Paulo Freire e Ignacio Martin-Baró para nos guiar numa compreensão mais aprofundada das dimensões que envolvem tais processos, pois:

“O processo de conscientização supõe três aspectos: a. o ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, por conseguinte, de um processo dialético, um processo ativo que, pedagogicamente, não pode acontecer através da imposição, mas somente através do diálogo. b. Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz assim a possibilidade de uma nova práxis que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência. c. O novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro.” (Martin-Baró, 1996, p.16)

Considerando que o processo de conscientização promovido pelo construto não apenas busca a autonomia do sujeito, mas também a superação da alienação acerca das dinâmicas de poder e opressão, assim como do sofrimento e trauma psicossocial

resultantes das disparidades econômicas e identitárias que nos atravessam, reconhecendo também que a violência é central na produção dessas desigualdades, a abordagem interseccional emerge como uma ferramenta fundamental para fomentar o exercício de alteridade necessário para a promoção destes saberes. O objetivo dessa pesquisa é alinhar-se à necessidade de superar os modelos dicotômicos prevalentes na sociedade atual, reconhecendo a importância de dismantlar práticas racistas, sexistas, classistas e cisheteronormativas, com o propósito de mitigar os danos infligidos pelo colonialismo na intenção de proporcionar uma prática humanística e revolucionária, capaz de proporcionar o letramento acerca da violência estrutural que há muito norteia o pensamento contemporâneo mundial.

## **6. Método**

1ª Instrumento – “Pirâmide da Desigualdade Social”: Essa ferramenta sustenta toda a lógica de pesquisa deste projeto, sendo a representação gráfica dos dados que compõem a desigualdade social mundial, pesquisa do “World Inequality Database” de 2022, reproduzidas em gráfico pelo site “O Iceberg”. Este relatório apresenta os dados referentes a distribuição da riqueza global pelo contingente populacional mundial, divididos em quatro classes sociais, sendo elas: Ricos (1% da população, que detém 38% da riqueza mundial e são representados pela cor azul), Classe Média Alta, ou burgueses (9% da população, que detém 38% da riqueza global e são representados pela cor verde), Pobres (40% da população, que detém 22% da riqueza global e são representados pela cor laranja) e Miseráveis (50% da população, que detém 2% da riqueza global e são representados pela cor vermelha). Para a utilização dos referentes dados nessa pesquisa, modificamos duas características contidas no gráfico: Ricos e Burgueses são representados ambos em tons de azul, a fim de demonstrar que não há distinção no que tange a acessibilidade à privilégios para ambas as classes; e o formato do gráfico passa a ser piramidal, no intuito de reforçar a lógica de hierarquia que o tema determina. Com a aplicação desse instrumento, pretendemos: (a) explicitar o fenômeno: a divisão de recursos praticada no mundo atual. (b) propor a reflexão do sistema de hierarquias suscitado pela Pirâmide da Desigualdade Social.

2º Instrumento: Criada a partir do cruzamento dos dados e da lógica contidos na “Pirâmide da Desigualdade Social” e na “Roda do Poder e Privilégio” (Wheel of Power and Priviledge), do Canadian Concil for Refugees, mais especificamente na versão adaptada por Sylvia Duckworh, a “Roda Interseccional da Identidade” é um construto que embora também proponha o desvelamento da identidade a partir dos marcadores sociais da diferença, vai além, pois ao acrescentar os dados estatísticos da desigualdade social à roda do poder e privilégio possibilita a contextualização das hierarquias de privilégio e opressão que se desdobram a partir da inserção da nomenclatura e classificação dos estigmas e preconceitos que transformam as diversidades em desigualdades, possibilitando desta forma a identificação de um “lócus” social através do reconhecimento dessas inferências nas subjetividades, e conseqüentemente, a reflexão acerca das dinâmicas que se operam no contexto da desigualdade social. Para a transformação do construto, algumas alterações se fizeram necessárias: O formato circular e a lógica interseccional são originários da “Roda do Poder e Privilégio”, além de parte dos marcadores sociais; já o esquema de cores e classes, passam a ser análogos àqueles apresentados na “Pirâmide da Desigualdade Social” (na versão para esse projeto); porém, ao invés das quatro classes apresentadas no construto original - Ricos, Classe Média alta, Pobres e Marginalizados - passamos a utilizar conceitos equivalentes, no caso: Azul claro para Poder, Controle e Dominação Econômica, Azul médio para Privilégio, Benefício Econômico e Inclusão social, Laranja para Estigma e Preconceito e Vermelho para Marginalização, Invisibilidade e Exclusão. Desta forma, acrescentamos 1 nível de hierarquia e verticalidade à roda e dobramos os números de marcadores sociais, sendo eles: Raça/Etnia, Gênero, Sexualidade, Idade, Aparência, Saúde Física, Saúde Mental, Nutrição, Educação, Linguagem, Ocupação, Classe, Finanças, Moradia, Cidadania, Transporte, Cultura, Lazer, Comunidade, Vida Social, Espiritualidade, Família, Estado Civil e 1 tema livre para que o participante acrescente o que lhe for mais conveniente. Com a aplicação deste instrumento, pretendemos: (a) desvelar a identidade a partir dos marcadores sociais da diferença apresentados e dessa forma, proporcionar o letramento interseccional. (b) promover a reflexão acerca dos privilégios e opressões que sustentam as desigualdades. (c) colher dados acerca do “lócus” social suscitado pelo instrumento e dos sentidos e significados atribuídos a experiência com o mesmo.

3º Instrumento: “Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade”: Aplicando a mesma lógica utilizada nos instrumentos anteriores de cor como hierarquia de poder, essa

tabela contextualiza a informação imbricada em cada um dos marcadores sociais da diferença apresentados na “Roda Interseccional da Identidade” de forma detalhada para que seja possível compreender as implicações que sustentam e corroboram para a prática da violência como mantenedora das opressões que fomentam as violações dos direitos, elencando os fatos históricos que ancoraram as práticas discriminatórias a partir da aferição das leis. Sendo assim, essa tabela nomeia as violências, as justificativas utilizadas para a sua prática, a forma como se configuram e as suas implicações estruturais. Dessa forma, é possível evidenciar que a desigualdade social está intrinsecamente ligada ao campo dos direitos humanos, ou da negação destes, sendo possível também discutir o sofrimento e o trauma psicossocial e as implicações estruturais e relacionais que derivam dessa estrutura desigual. Com a aplicação desse instrumento, pretendemos: (a) compreender o âmbito das leis no contexto do Estado Mínimo. (b) ampliar a discussão acerca das violências estruturais que derivam desses processos de violação de direitos. (c) discutir o sofrimento e trauma psicossocial suscitado por essas violações.

Os formatos metodológicos utilizados serão tanto quantitativo, quanto qualitativo, projeto-piloto, pesquisa-ação, de caráter descritivo, incluindo as respostas às questões estruturadas coletadas a partir da aplicação dos instrumentos. Para a aplicação do estudo, coleta de informações e posterior análise, o instrumento será apresentado e discutido em formato de roda de conversa, com devolutivas individuais. As unidades de análise serão as folhas de resposta e narrativas apresentadas pelos grupos a definir. Assim como, um levantamento bibliográfico para identificar as abordagens e ferramentas já existentes que possibilitem tais reflexões. É importante ressaltar que as denominações e classificações apresentadas no instrumento “A Roda Interseccional da Identidade” não representam o pensamento da pesquisadora.

Sob uma perspectiva multidisciplinar, esta pesquisa congrega diferentes campos do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia e o Direito; podendo agregar outras áreas para o melhor desenvolvimento do mesmo, na pretensão de criar uma metodologia inovadora, onde o fazer-se pensar e pensar a estrutura em que vivemos sejam contemplados, vislumbrando desenvolver ferramentas que proporcionem experiências interativas para uma prática humanizadora e revolucionária.

## 7. Plano de trabalho e cronograma de execução/ Cronograma

Atividades	Trimestre							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Definição do Projeto de Pesquisa/Objetivos	●							
Realização das Disciplinas de Pós-Graduação	●	●	●					
Ampliação e atualização da revisão de literatura	●	●	●	●	●	●	●	
Participação nas reuniões dos Grupos de Pesquisa	●	●	●	●	●	●	●	
Submissão do Projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa		●						
Coleta de dados, Pesquisa de Campo, Entrevistas			●	●	●			
Análise e Tratamento dos dados			●	●	●			
Desenvolvimento dos resultados e conclusões			●	●	●			
Apresentação dos resultados parciais e finais da pesquisa em congressos/simpósios			●	●	●			
Exame de Qualificação					●	●		
Escrita de artigos				●	●	●	●	●
Publicação de artigo					●	●	●	●
Revisão com sugestão da Banca de Qualificação						●	●	
Defesa da dissertação de mestrado							●	●

Legenda: ● Não realizada ● Realizada

## 8. Referências/Referencial Bibliográfico Documental Básico

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

CCR – Canadian Council for Refugees - **Anti-Oppression**, Canadá. Disponível em: <https://ccrweb.ca/en/anti-oppression>. Acesso em 21 mar. 2024.

DUCKWORTH, SYLVIA. **Wheel of Power and Privilege** – Disponível em: <https://sdpride.org/wp-content/uploads/2022/11/Wheel-of-Power-Privilege-Sylvia-Duckworth.pdf> - Acesso em 21 mar. 2024.

EUZÉBIOS FILHO, A. **Trauma Psicossocial entre o fatalismo e a conscientização**, Martin Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Coleção Estudos Avançados em Psicologia Social, v.3. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP. 2023.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

INSTITUTO CACTUS, ORG. **Caminhos da Saúde Mental** – Livro Digital, Cap.I, O Campo da saúde mental, Violação de direitos, pag.58,60. Cap.IV, Estratégias de Atuação em Saúde mental, p. 170,171,184,185. Considerações sobre Equidade, p.237,238,242,243,245,246, Disponível em: [https://institutocactus.org.br/wp-content/uploads/2022/02/LivroDigital\\_CaminhosSaudeMental\\_Final.pdf](https://institutocactus.org.br/wp-content/uploads/2022/02/LivroDigital_CaminhosSaudeMental_Final.pdf). Acesso em 21 mar. 2024.

MARTÍN-BARÓ, I. **La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador.** Revista de Psicología de El Salvador, 1988. UCA, San Salvador, El Salvador, C.A. v.7, No28, 123-141. Disponível em: [https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-pol%C3%ADtica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123\\_141.pdf](https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-pol%C3%ADtica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123_141.pdf) Acesso em 21 mar. 2024.

MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideologia e Violencia.** Coleccion Estructuras Y Procesos. Madrid: Trotta S.A, 2003.

MARTIN-BARÓ, I. **O Papel do Psicólogo.** Estudos de Psicologia 1996, 2(1), 7-27. Disponível em: [file:///C:/Users/ADMIN/Downloads/o%20papel%20do%20psicologo,%20ignacio%20martin%20baro,%201997%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ADMIN/Downloads/o%20papel%20do%20psicologo,%20ignacio%20martin%20baro,%201997%20(2).pdf). Acesso em: 21 mar. 2024

MUSEU DO FUTEBOL, ORG. **Linha do Tempo, Movimento Negro.** Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/linha-do-tempo/> - Acesso em: 21 mar. 2024.

O ICEBERG, Mergulhando nas engrenagens do Estado. **Distribuição da Riqueza no Brasil em 2021.** Disponível em: <https://oiceberg.com.br/distribuicao-da-riqueza-no-brasil-e-no-mundo/> Acesso em: 21 mar. 2024.

OXFAM, ORG. – **Lucrando com a Dor,** Briefing de mídia 2022. Enunciado, O Estado da desigualdade, p.11. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/05/Oxfam-Media-Brief-BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-2.pdf>. Acesso em 21 de mar. 2024

SANTOS, J. A. F. **Uma classificação socioeconômica para o Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20(58), 27-45. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/S7H5qDDMfTwcRByWfzPZf9q/>. Acesso em 21 de mar.2024.

SAWAIA, B. B. **Sofrimento ético-político: Uma análise do estado da arte.** Psicologia & Sociedade, 26(n.spe.2), 60-69. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 mar. 2024.

SAWAIA, B. B. et. al. (org) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Psicologia Social. 2ª ed Petrópolis: Editora Vozes. 2001.

TRIBUNA DO SERTÃO. **Pesquisa mostra que desigualdade social tem impacto na saúde mental.** Disponível em: [https://tribunadosertao.com.br/noticias/2023/08/04/452541-pesquisa-mostra-que-desigualdade-social-tem-impacto-na-saude-mental#google\\_vignette](https://tribunadosertao.com.br/noticias/2023/08/04/452541-pesquisa-mostra-que-desigualdade-social-tem-impacto-na-saude-mental#google_vignette). Acesso em: 22 de mar. 2024.

WID – WORLD INEQUALITY DATABASE. **World Inequality Report 2022.** Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em 22 de mar.2024.



Anexo II – Instrumento “Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade”.

# Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade

**1. RAÇA/ETNIA** PART 1

**PODER E CONTROLE**

**PRIVILÉGIOS**

**ESTIGMA E PRECONCEITO**

**MARGINALIZAÇÃO E INVISIBILIDADE**

**PNAD 2021**

Embora a humanidade tenha sido dividida em três raças distintas no passado - branca, preta e amarela - os avanços da genética e da biologia molecular do século XX comprovam que não existem diferenças biológicas que justifiquem a classificação da humanidade por raça. Este conceito é uma construção social ultrapassada, utilizada para categorizar e classificar as pessoas hierarquicamente, estabelecendo uma escala de valor e de superioridade entre elas. As características físicas dos indivíduos, como cor da pele ou textura dos cabelos (fenotípicas e morfológicas), são variáveis e geralmente se referem à sua ancestralidade e etnia, abrangendo também a sua identidade cultural, costumes, religião, língua, tradições, ancestralidade e território, além das características históricas, sociais e culturais de um povo.

A VIOLÊNCIA	A JUSTIFICATIVA	COMO SE CONFIGURA	IMPLICAÇÕES ESTRUTURAIS
<b>ESCRavidÃO</b> <small>(sclavus+dominus) servo+dono</small> <b>308 ANOS DE REGIME ESCRAVOCATA AMPARADOS LEGALMENTE PELO ESTADO NO BRASIL</b>	Ato de capturar uma pessoa para a exploração por meio do trabalho sem remuneração, tirando toda a sua liberdade, a sua humanidade, os seus direitos básicos e a sua autonomia.	É caracterizada pela completa subjugação do escravizado, que é considerado um objeto de posse e controle por parte de seu dono. Isso implica na negação de sua humanidade, na violação de seus direitos básicos, na separação de suas famílias e no uso de violência e coerção para manter seu domínio e exploração.	A escravidão foi um dos pilares do sistema econômico de várias sociedades, alimentando a acumulação de riqueza e a desigualdade social, acarretando em pobreza e exclusão dos escravizados, discriminação sistêmica e racismo institucionalizado. Causando também desligamento das tradições culturais, ruptura com os laços culturais e um trauma que é experienciado através de gerações.
1755 - Abolição da Escravidão Indígena no Brasil	1685 - Código Negro: Reforçava a condição de propriedade dos negros.	1830 - Código Criminal do Império: Criminalizava a libertação de escravos sem autorização, além de restringir a permanência em certos locais.	1854 - Determinava que os navios negreiros deveriam transportar um número mínimo de escravizados, visando a manutenção do comércio de escravos.
<b>GENOCÍDIO</b> <small>(genes+cídio) raça+matar</small>	Se refere ao ato sistemático e deliberado de extermínio e destruição de um grupo étnico, religioso, nacional ou racial, visando a sua aniquilação ou assimilação forçada.	O discurso de ódio e a propaganda facista é o que alimenta a violência contra esses povos, tendo a participação e conivência de Instituições estatais que patrocinam o extermínio através da força militar. A falta de intervenção da comunidade internacional contribui grandemente para o seu sucesso.	O genocídio pode envolver homicídios em massa, perseguição, tortura, estupro, deslocamento forçado, destruição de locais culturais e religiosos, entre outras atrocidades. O genocídio geralmente deixa um legado de trauma, deslocamento, perda cultural e cicatrizes psicológicas duradouras nas comunidades afetadas.
1755 - Proibição de irmandades de negros e pardos.	1774 - Alvará: Restrição da atuação dos escravizados no comércio e ofícios.	1850 - Lei de Terras: Impedia os escravizados recém-libertos de terem acesso à terra, contribuindo para a concentração de terras por latifundiários.	1854 - Lei de Terras: Essa lei estabelecia que os imigrantes europeus poderiam adquirir terras devolutas (terras públicas não ocupadas) de forma gratuita ou por preços reduzidos.
<b>SUPREMACIA BRANCA</b> <small>(supremus+biancus) superior+claro</small>	Ideologia que advoga a superioridade da raça branca sobre as demais raças e etnias. Justifica-se em teorias ultrapassadas e já refutadas pela comunidade científica.	Crença de que pessoas brancas são superiores em intelecto e culturalmente, enquanto marginaliza e desvaloriza as contribuições de outras raças e etnias. Tem raízes históricas profundas, estando associada ao colonialismo, ao imperialismo e à escravidão, sustentando ideologias racistas, nacionalistas e xenófobas.	Se manifesta desde atitudes racistas e discriminatórias até estruturas sistêmicas de poder que perpetuam a desigualdade racial. Se traduz em ações concretas, como políticas segregacionistas, criminalização seletiva, violência policial desproporcional, restrições aos direitos civis e negação de oportunidades igualitárias. É uma forma de racismo sistêmico que tem suas raízes na colonização e na escravidão.
1837 - Negros não podem ir à escola	1889/3.668: Restrição da imigração de negros.	1871 - Lei do Ventre Livre: Concedia liberdade aos filhos de mães escravizadas a partir do nascimento, mas obrigava-os a permanecer como "aprendizes" nas fazendas até atingirem a maioridade.	1885 - Lei do Sexagenário: Concedia liberdade para os escravizados com mais de 60 anos, mas exigia que continuassem trabalhando para os seus antigos senhores.
<b>ETNOCENTRISMO</b> <small>(ethnós+kretón) etnia+centro</small>	Visão de mundo que considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade mais importante e superior que os demais, menosprezando outras culturas.	Tende a julgar e diminuir, de maneira preconceituosa, culturas e experiências humanas distintas da sua. Vê o mundo de acordo com sua própria cultura e a considera superior às demais. É a visão de mundo produzida a partir de conceitos ultrapassados que valorizam uma raça/etnia em detrimento das demais.	O etnocentrismo pode criar uma mentalidade resistente à incorporação de ideias e práticas de outras culturas, levando a uma visão limitada e distorcida do mundo. Contribui para a formação de estereótipos negativos, fomentando a discriminação e a perpetuação da violência e das desigualdades sociais contra outras etnias.
1888 - Lei Áurea decreta (formalmente) o fim da escravidão em todo o Brasil, sem prever direito à terra. Foram 388 anos de regime escravocata	1889 - Lei de Terras: Permitia que imigrantes estrangeiros adquirissem terras públicas e privadas no Brasil.	1890 - Código Penal: Estabelecia penas mais rigorosas e severas para os crimes cometidos por pessoas negras.	Leis de esterilização forçada, restrições ao casamento e proibições de reprodução para certos grupos considerados inferiores. Essas políticas muitas vezes resultaram em esterilização forçada, segregação racial, proibição de casamentos inter-raciais e até mesmo genocídio.
<b>EUGENIA</b> <small>(eu+genes) bom+origem</small>	Teoria que propõe a "melhoria" da raça humana por meio de suprimir características consideradas indesejáveis através do controle de reprodução da população.	Baseada em visões racistas e perpetuadoras de injustiças sociais e hierarquias de poder, esta teoria é criticada por promover a discriminação, o preconceito e a marginalização de pessoas com deficiências, de cor, sexistas e com características indesejáveis.	Leis de esterilização forçada, restrições ao casamento e proibições de reprodução para certos grupos considerados inferiores. Essas políticas muitas vezes resultaram em esterilização forçada, segregação racial, proibição de casamentos inter-raciais e até mesmo genocídio.
1916 - Código Civil: Estabelecia o princípio da "mulatice", que considerava negros e pardos como inferiores e restringia seus direitos.	1935 - Lei de Nuremberg (Alemanha): Lei antimiscigenação determinando a proibição de relações sexuais e casamento entre judeus e alemães. A punição seria o banimento para os campos de concentração ou a morte.		

<sup>1</sup>. Os textos contidos nos anexos I e II servem apenas como sugestão de formato para a construção do instrumento, devendo ser submetidos à análise e revisão bibliográfica.

### Anexo III - Roteiro de entrevista:

#### Roteiro das perguntas (entrevistas) apresentadas aos sujeitos:

As perguntas do teste constam na própria folha do instrumento, com orientações diretas de execução. Os instrumentos 1 e 2 constam na mesma folha para melhor compreensão.

1. Escreva o total de vezes que marcou cada cor nas pétalas da flor ao lado. (Com esta resposta pretendo quantificar o nível de privilégio ou opressão dos sujeitos do teste).
2. Nomeie 3 emoções que descrevam a sua experiência fazendo esse exercício. (Com esta resposta pretendo colher informações a respeito do sofrimento e trauma psicossocial para o estudo qualitativo do mesmo).
3. Inclua aqui algo relevante para você. (Com esta resposta pretendo colher informações a respeito da interpretação e perspectiva dos sujeitos em relação a temática apresentada)

Finalizando: Agradecimento àqueles que participarem, com acolhimento de possíveis incômodos às vulnerabilidades que possam surgir.